

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Versão 1.0 | Abril de 2026

### Compromisso com a Privacidade e a Ética

O escritório André Maya — Sociedade de Advogados tem o compromisso irrestrito com a privacidade, a confidencialidade e a proteção dos dados pessoais de seus clientes, parceiros, colaboradores e visitantes de suas plataformas digitais. Esta Política integra o Programa de Integridade e o Código de Ética do escritório, refletindo nossos valores de respeito, transparência e constante aprimoramento técnico e acadêmico.

A atuação do escritório pauta-se pela estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018 — LGPD), ao Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n.º 8.906/1994), ao Código de Ética e Disciplina da OAB e às resoluções da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A inviolabilidade das comunicações e dos documentos relativos ao exercício da advocacia constitui o alicerce ético e legal desta política.

### 1. Identificação do Controlador e do Encarregado (DPO)

<b>Campo</b>	<b>Informação</b>
<b>Razão Social</b>	André Maya — Sociedade de Advogados
<b>CNPJ</b>	52.077.154/0001-85
<b>Sede</b>	Porto Alegre / RS
<b>Site Oficial</b>	<a href="http://www.andremaya.com">www.andremaya.com</a>
<b>E-mail de Contato</b>	<a href="mailto:contato@andremaya.com">contato@andremaya.com</a>
<b>Encarregado (DPO)</b>	Renata Guidolin ( <a href="mailto:compliance@andremaya.com">compliance@andremaya.com</a> )

Na qualidade de controladora, a sociedade decide sobre as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais, assumindo a responsabilidade por sua proteção e pelo cumprimento das normas vigentes.

## 2. Princípios Norteadores

O tratamento de dados pessoais pelo escritório é regido pelos princípios estabelecidos no art. 6º da LGPD, com destaque para:

- **Finalidade, Adequação e Necessidade:** Os dados são coletados apenas para propósitos legítimos, específicos e explícitos, limitando-se ao mínimo necessário para a realização das finalidades pretendidas.
- **Transparência e Livre Acesso:** Garantimos aos titulares informações claras e precisas sobre o tratamento de seus dados, bem como a facilidade de consulta.
- **Segurança e Prevenção:** Adotamos medidas técnicas e administrativas rigorosas para proteger os dados contra acessos não autorizados, destruição, perda ou alteração.
- **Responsabilização e Prestação de Contas:** O escritório demonstra a adoção de medidas eficazes para o cumprimento das normas de proteção de dados.

## 3. Fundamentos Legais e Sigilo Profissional

O tratamento de dados pelo escritório encontra respaldo na combinação da LGPD com as normas específicas da advocacia. O sigilo profissional é um dever ético e uma prerrogativa legal, sobrepondo-se, quando aplicável, a determinadas solicitações de titulares, a fim de garantir a ampla defesa e a inviolabilidade do mandato.

### 3.1. Bases Legais (LGPD)

- Consentimento livre, informado e inequívoco (inciso I);
- Execução de contrato ou procedimentos preliminares (inciso V);
- Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (inciso VI);
- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (inciso II);
- Legítimo interesse do controlador (inciso IX).

### 3.2. Prerrogativas da Advocacia (Estatuto e Código de Ética da OAB)

- **Inviolabilidade:** O escritório, seus arquivos, dados e comunicações são invioláveis (Art. 7º, II, Lei n.º 8.906/1994).
- **Sigilo Absoluto:** O advogado deve guardar sigilo sobre tudo o que souber no exercício da profissão, abrangendo comunicações escritas, orais e digitais (Arts. 25 a 27 do Código de Ética da OAB). A violação do sigilo constitui infração disciplinar grave.

## 4. Categorias de Dados, Finalidades e Retenção

### 4.1. Visitantes do Site e Interessados

<b>Categoria de Dados</b>	<b>Finalidade do Tratamento</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Prazo de Retenção</b>
Nome e e-mail (Cadastro)	Envio de informativos, boletins e comunicações jurídicas.	Consentimento	Até a revogação do consentimento.
Nome, e-mail e telefone (Contato)	Atendimento de solicitações e possível início de relação advocatícia.	Consentimento e Legítimo Interesse	5 anos após o último contato, salvo contratação.
Dados de Navegação (Cookies)	Funcionamento do site e métricas de acesso (cookies analíticos).	Legítimo Interesse	Conforme a configuração do navegador do usuário.

### 4.2. Clientes e Representados

<b>Categoria de Dados</b>	<b>Finalidade do Tratamento</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Prazo de Retenção</b>
Dados Cadastrais e Financeiros	Elaboração de contratos, faturamento e emissão de notas fiscais.	Execução de Contrato e Obrigação Legal	5 anos após o encerramento da relação (Tabela OAB/RS e legislação tributária).
Dados Sensíveis e Documentais	Prestação de serviços advocatícios, elaboração de teses e defesa em juízo.	Exercício Regular de Direitos	Durante o trâmite processual e prazos prescricionais aplicáveis.

## 5. Compartilhamento de Dados

O escritório não comercializa dados pessoais. O compartilhamento ocorre estritamente nas seguintes hipóteses:

- Com autoridades judiciais ou administrativas, no exercício regular de direitos ou cumprimento de obrigação legal;
- Com parceiros técnicos (peritos, correspondentes), mediante autorização prévia e expressa do cliente;
- Com provedores de infraestrutura tecnológica (ex: Microsoft), regidos por rigorosos contratos de confidencialidade e conformidade com a LGPD.

## 6. Segurança da Informação e Armazenamento

Os dados são armazenados em ambientes seguros, com acesso restrito aos advogados sócios e colaboradores expressamente autorizados.

**Infraestrutura:** Utilização da plataforma Microsoft OneDrive (ambiente corporativo).

**Medidas Técnicas:** Autenticação multifator (MFA), criptografia de dados em trânsito e em repouso, controle de versões e logs de auditoria.

**Transferência Internacional:** O uso de serviços em nuvem pode envolver transferência internacional, realizada exclusivamente para países ou empresas que proporcionem grau de proteção adequado (art. 33 da LGPD).

## 7. Direitos dos Titulares

Em conformidade com o art. 18 da LGPD, os titulares podem solicitar:

- Confirmação da existência de tratamento e acesso aos dados;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários (ressalvada a guarda para cumprimento de obrigação legal ou exercício de direitos do escritório);
- Portabilidade dos dados;
- Revogação do consentimento.

As solicitações devem ser direcionadas ao Encarregado (DPO) pelo e-mail [compliance@andremaya.com](mailto:compliance@andremaya.com), com prazo de resposta de até 15 dias úteis.

## **8. Cultura de Privacidade e Treinamento**

Em consonância com a Política de Treinamentos do nosso Código de Ética e com o perfil acadêmico do escritório, todos os sócios, advogados, estagiários e colaboradores passam por capacitações periódicas sobre proteção de dados, segurança da informação e sigilo profissional.

## **9. Gestão de Incidentes**

Na eventualidade de um incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, o Comitê de Compliance comunicará a ocorrência à ANPD e aos afetados no prazo legal de 72 horas, adotando todas as medidas mitigatórias cabíveis.

## **10. Disposições Finais**

Esta Política entra em vigor na data de sua publicação e será revisada periodicamente. Eventuais controvérsias serão submetidas ao foro da Comarca de Porto Alegre/RS.

*André Maya — Sociedade de Advogados*

*Porto Alegre/RS | [www.andremaya.com](http://www.andremaya.com) | Versão 1.0 — Abril de 2026*